

RESOLUÇÃO Nº 189/2013
(Publicado no Diário Oficial de 12/03/2013)

Autoriza a utilização de recursos do FUNDESE, para viabilizar a adesão do Estado da Bahia, na qualidade de garantidor de operações decorrentes do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira, aos benefícios concedidos pelos arts. 70 e seguintes da Lei Federal nº 12.249/2010, alterados pelo art. 21 da Lei Federal nº 12.559/2012.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDESE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos artigos 1º, IX, e 9º da Lei Estadual nº 7.599/2000, no art. 4º, I, da Lei Estadual nº 7.537/99, nos artigos 10, § 2º, 11 e 44, II, do Decreto Estadual nº 7.798/2000 e nos Pareceres nº MFM-19/2012, da Gerência Jurídica da Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. e nº NAE- 002/2013, da Procuradoria Geral do Estado da Bahia e,

Considerando que, por meio da Cláusula Sexta do Termo de Convênio firmado em 30/06/2003 entre o Estado da Bahia e o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com interveniência da Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, o Estado da Bahia obrigou-se em garantir, por meio de recursos do FUNDESE, o pagamento de 90% (noventa por cento) dos débitos decorrentes de financiamentos realizados pelo Banco do Nordeste no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira;

Considerando que o Banco do Nordeste, com amparo na Cláusula Oitava do Termo de Convênio supramencionado, já notificou a Desenbahia, na qualidade de gestora do FUNDESE, para honrar as garantias prestadas pelo Estado da Bahia;

Considerando que, na qualidade de coobrigado pelo pagamento da dívida, o Estado da Bahia pode aderir aos benefícios concedidos nos artigos 70 e seguintes da Lei Federal nº 12.249/2010, alterados pelo art. 21 da Lei Federal nº 12.559/2012, os quais conferem a possibilidade de liquidar, com rebate de 65% (sessenta e cinco por cento), parte das operações apresentadas pelo Banco do Nordeste e,

Considerando que o Conselho Deliberativo do FUNDESE, nos termos do artigo 4º, I, da Lei Estadual nº 7.537/99, c/c o artigo 9º Lei Estadual nº 7.599/2000, e os arts. 10, 11, e 44, II, do Decreto Estadual nº 7.798, de 05.05.2000, tem competência para decidir sobre a adesão ao rebate concedido pela Lei Federal nº 12.599, de 23.03.2012,

RESOLVE:

Art. 1º Aderir aos benefícios concedidos nos arts. 70 e seguintes da Lei Federal nº 12.249/2010, alterados pelo art. 21 da Lei Federal nº 12.559/2012, viabilizando sua liquidação, com rebate legal de 65% (sessenta e cinco por cento), pelo Estado da Bahia, na qualidade de garantidor e coobrigado pelo adimplemento das operações financiadas pelo Banco do Nordeste no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira listadas em anexo.

Art. 2º A adesão aos benefícios supracitados importará na liquidação das operações listadas no Anexo I, parte integrante desta Resolução, mediante o pagamento da quantia de R\$ 925.694,32 (novecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos), em favor do Banco do Nordeste do Brasil S/A, a ser realizado até o dia 15 de março de 2013, depois de observadas todas as formalidades legais necessárias à obtenção da quitação e ao exercício de eventual direito de regresso contra os devedores principais das operações.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 20 de fevereiro de 2013.

Luiz Alberto Bastos Petitinga
Secretário da Fazenda
Presidente do Conselho Deliberativo do FUNDESE

Anexo I

Agencia	Quantidade de Operações	Saldo Devedor	Desconto da Lei	Saldo Remanescente	Honorários	Valor da Liquidação
CAMACAN	12	653.837,81	381.686,83	272.150,98	27.215,10	299.366,08
ILHÉUS	11	467.390,49	270.778,90	196.611,59	19.661,16	216.272,74
IPIAÚ	3	151.664,57	87.138,35	64.526,22	6.452,62	70.978,84
ITABUNA	19	680.555,64	399.617,37	280.938,27	28.093,83	309.032,09
VALENÇA	4	78.037,82	50.724,58	27.313,24	2.731,32	30.044,56
TOTAL	49	2.031.486,33	1.189.946,04	841.540,29	84.154,03	925.694,32